

CICLO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO APLICADO AO CONFLITO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES NA ORLA LAGUNAR DE SÃO JOSÉ DO NORTE-RS

PEREIRA, Douglas Balduino; PONTES, Raquel Pereira; NORA, Márcio Barbosa; SILVEIRA, Leonel dos Santos; LEMOS, Josiane Rodrigues; (autores)

ABDALLAH, Patrizia Raggi (orientador)
dougasp_sci@hotmail.com

Evento: XVII Encontro de Pós-Graduação
Área do conhecimento: 6.03.00.00-0 – Economia

Palavras-chave: Gestão Costeira; Orla Lagunar; Ocupações Irregulares.

1 INTRODUÇÃO

O uso intenso da orla lagunar em São José do Norte-RS levantou uma preocupação entre órgãos ambientais e governamentais, sobre como tratar e resolver de melhor forma a situação. Entre os problemas encontrados na orla e em áreas de preservação permanente está o caso das ocupações irregulares nestas localidades, gerando conjuntamente outras externalidades negativas para a própria população e para o meio ambiente. Este estudo analisa e identifica os estágios do Ciclo de Gerenciamento Costeiro Integrado neste processo de ocupação da área em questão. Constatando a necessidade do andamento do estudo, para um segundo e outros sucessivos estágios, com a colaboração de mais estudos e reuniões entre os órgãos chaves e a população, com o objetivo de encontrar a melhor solução entre as partes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Cicin e Knecht (p.39, 1998) “O Gerenciamento Costeiro Integrado pode ser definido como um contínuo e dinâmico processo, em que decisões são feitas para o uso sustentável, desenvolvimento e proteção da costa e áreas marinhas e recursos.”.

O homem, em toda a sua evolução, necessitou da natureza. “Assim, ao tentar assumir-se como entidade reguladora dos processos dos quais depende, mas que conhece ainda mal e que, efetivamente, não controla, o Homem entrou em conflito consigo mesmo.” (DIAS, MAHIQUES e CEARRETA, p.4, 2012).

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

Cicin e Knecht (p.58, 1998) adaptam e aperfeiçoam um ciclo do Gerenciamento Costeiro, para que os gestores possam seguir este ciclo para obter resultados positivos em suas ações. O ciclo se dá em seis etapas para o desenvolvimento de um programa de Gerenciamento Costeiro Integrado. Para tanto, foi analisado este ciclo, para o problema das ocupações irregulares na orla lagunar e em áreas de preservação permanente em São José do Norte, com dados apresentados pelo Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Rio Grande – MPF-PR/RS/MRG, e em contato com a Secretaria do

Meio ambiente de São José do Norte-RS.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A identificação do problema foi realizada através de uma atuação do IBAMA, onde verificou-se alojamentos irregulares na beira da lagoa, para a atividade pesqueira, situados na orla lagunar de São José do Norte-RS.

Quanto à Identificação do local de estudo e iniciativas, em 2013 a Secretaria do Meio Ambiente de São José do Norte realizou um relatório de vistoria (RV 008/2013)¹, apontando as localidades e os casos de desconformidade ambiental na orla de São José do Norte. As localidades levantadas foram: Passinho, Capivaras, Várzea, Inhame, Ponta do Mato, Barranco, Saraiva e Ponta do Estreito. Os principais problemas encontrados foram as ocupações de casas irregulares na orla e em APPs, especulação imobiliária, exploração de areia argilosa, aterramento de Marismas e extração de dunas cobertas de Restinga.

Com este conhecimento, em 2013 o IBAMA, SMMA-SJN e MPF-PR/RS/MRG começam a tomar iniciativas nas regiões indicadas. O MPF-PR/RS/MRG solicitou em 2013 que a Companhia Estadual de Energia Elétrica não efetuasse, sem permissão, ligações de energia em ocupações de áreas de preservação permanente, e a SMMA-SJN, fez um levantamento das casas irregulares na região do Inhame. Em 2014 foi decidida a realização de reuniões bimestrais, criação de canal de comunicação e a realização de sobrevoo da região com helicóptero da Marinha. Já em 2015 ficou decidido que a FEPAM elaboraria o termo de referência, plano denominado **Plano de Ordenamento**. Para tanto, o ciclo pra este problema se encontra no primeiro estágio, com a identificação do problema, estudando a área e encaminhando para o segundo estágio, para a preparação e planejamento de um programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com as dificuldades existentes, com os entraves que ocorrem ao decorrer do processo de estudo relevantes às ocupações irregulares, é necessário não desistir de analisar estas questões com propósito de um melhor uso do recurso costeiro, pois com certeza, uma boa gestão costeira e ambiental proporcionará ganhos para a sociedade. Mas é preciso sempre escutar a população para tentar encontrar um equilíbrio, que atenda da melhor forma a todos. Este estudo certamente terá uma continuidade, com contribuições para o desenvolvimento de uma boa gestão costeira e ambiental como, por exemplo, a elaboração de estudo de valoração econômica nas localidades.

REFERÊNCIAS

- CICIN-SAIN, B.; KNECHT, R. Integrated coastal and ocean management: concepts and practices. Island Press, Washington, D.C., p. 517, 1998.
- DIAS, J. A.; MAHIQUES, M. M.; CEARRETA, A. **“Gestão Costeira: resultado de uma relação dúbia entre o Homem e a Natureza”** Revista da Gestão Costeira Integrada 12(1):3-6 (2012).
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE –MPF-PR/RS/MRG. Ofícios, relatórios e estudos do Inquérito Civil 1.29.006.000357/2013=97. 2015.

¹ Obtido com o MPF-PR/RS/MRG (2015).